

# O AGRONEGÓCIO NO TRIÂNGULO MINEIRO E O IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NAS ÚLTIMAS DÉCADAS

Luciana Carvalho e Souza<sup>1</sup>

## Resumo

A importância sócio-econômica das atividades agropecuárias em Minas Gerais e, mais especificadamente, na mesorregião Triângulo Mineiro, data todo seu período de formação histórica, que como destaca Brandão (1989), compreende quatro grandes momentos: ocupação, expansão comercial, transição e diversificação produtiva.

Por se localizar em uma região de “entroncamento” de rotas diversas e por possuir uma vegetação rarefeita típica do domínio de cerrado, o Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba deu suporte a uma expressiva produção de alimentos para abastecimento tanto local quanto inter-regional.

Esse processo, que tem origem nas pioneiras expedições bandeirantes e jesuítas que datam do início do século XVI e que se estende até os dias atuais, contribuiu significativamente para a formação de uma elite agrária que possui grande poder político e econômico local além, mais recentemente, da inserção de novos atores que se constituem regionalmente, principalmente através de processos migratórios, atraídos e incentivados por políticas públicas voltadas diretamente para a região do cerrado.

Atualmente, a região do Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba se destaca como uma das principais regiões do agronegócio nacional, tendo destaque para os seguintes produtos: cana-de-açúcar, soja, milho, café e laranja. Além disso, a criação de gado, dentre todos os produtos mencionados, é aquela que se mantém representativamente durante todo processo de formação sócio-econômico regional.

Diante deste panorama, analisar o processo de formação e territorialização do agronegócio a partir da década de 1990 na mesorregião Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba, significa, fundamentalmente, compreender os impactos gerados a partir da criação de programas e políticas públicas voltadas diretamente para o setor, sendo este o aspecto proposto para análise no presente trabalho.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Email: lulukaitba@gmail.com

## 1. Introdução

A modernização agrícola pela qual passou o Brasil, notadamente a partir de 1964, apresentou um viés produtivista, baseado no tripé latifúndio-monocultura-exportação, que atendeu os interesses do capital financeiro que, por conseguinte, passou a sobrepor o capital agroindustrial, constituindo o que se convencionou chamar de agronegócio.

Diante desses desdobramentos, em 1969 foi fundada a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) que, segundo Sônia Regina de Mendonça, se tornou ao longo dos anos uma das grandes forças dirigentes dos grupos dominantes agroindustriais do país. Para a autora, durante o desenvolvimento da OCB, como entidade patronal da agroindústria brasileira, houve, por meio das lideranças da organização, a recriação de uma nova noção de agricultura, tendo como base um modelo pautado na competitividade e na tecnologia e não mais limitada apenas às atividades propriamente agrícolas, mas também se buscava legitimidade política como órgão de representação de classe (MENDONÇA, 2006).

Em meio ao novo contexto provocado pela “modernização agrícola”, em 1993 é criada a Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG) como um dos projetos estratégicos de política da OCB. Assim, tem-se que

A noção de “agribusiness” organizou e instrumentalizou um poderoso complexo de operações de cunho muito mais comercial e financeiro e cuja importância não pode ser aquilatada, apenas, por seu desempenho econômico mas, sobretudo, por sua influência política. Foi essa nova “leitura” da agricultura que se tornou avalista de um sistema produtivo amplo e intrincado, diante do qualurgia criar-se uma mega-agremiação dotada de poder político proporcional á sua importância, ainda que, segundo o discurso dos dirigentes da ABAG, nenhuma das atividades fosse desaparecer. (MENDONÇA, 2006, p.25)

Em Minas Gerais, este modelo estrutural e econômico para o campo se consolidou com a política de modernização agrícola a partir da década de 1970, na qual se insere, dentre outros, o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado – PRODECER – impulsionando as atividades do complexo agroindustrial ligado principalmente à produção de grãos. Neste contexto, a mesorregião Triângulo Mineiro, especificamente, deu lugar a extensas áreas de monoculturas de soja, café e mais recentemente de cana-de-açúcar. Todo

esse processo gerou a exclusão social, concentração de terra e de renda além, e principalmente, impactos de ordens tanto sociais quanto ambientais (PESSOA, 1988; CLEPS JR., 2009).

Assim, a análise do espaço rural do cerrado mineiro nos últimos quarenta anos. permite-nos afirmar que o seu desenvolvimento e expansão estão associados aos pacotes tecnológicos da Revolução Verde e no papel do Estado como propulsor de um modelo agrícola altamente concentrador.

A mesorregião Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba, possui atualmente grande destaque a nível nacional no que tange a produção de grãos, cana-de-açúcar e criação de gado tanto de corte quanto leiteiro. Grande parte do que é produzido no estado é destinado ao mercado externo, assim, pode-se afirmar que a região é tida como estratégica na expansão do agronegócio brasileiro. Vários fatores levaram o Triângulo Mineiro a ocupar esta colocação, dentre eles sua localização geográfica, no centro do país; condições de ordem geomorfológica de relevo plano apto para agricultura mecanizada e a presença e poder político notório da União Democrática Ruralista – UDR – na região, ao que contribui ainda mais para a manutenção da concentração da terra e da perpetuação de relações sociais calcadas no patriarcalismo e patrimonialismo rurais.

Porém, para compreender um pouco mais do processo de evolução do agronegócio regional, é necessário que se faça um apanhado sobre a questão agrária mineira e os impactos sócio-econômicos que surgiram principalmente a partir de 1970, com a adoção de políticas específicas para ocupação do cerrado e que contribuíram para o avanço dos complexos agroindustriais na região, sendo esses uns dos fatores principais para a escolha do período de análise nesta pesquisa.

Ademais, nas últimas décadas houve um aumento dos problemas agrários e particularmente dos conflitos no campo em Minas Gerais e em específico no Triângulo Mineiro. A partir da sistematização pela pesquisa DATALUTA, é demonstrado o crescimento das ocupações de terra neste início de século. Além do próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a participação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs), da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG) e de outros movimentos sociais como o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) e a Liga dos Camponeses Pobres (LCP), como organizações de luta pela terra, vem aumentando



imprescindível analisar a maneira com que estes fatores estimularam e reagiram aos impulsos da integração capitalista e modernizadora.

O processo de ocupação do Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba possui grande relação com a decadência da economia açucareira no nordeste durante o século XVIII que só poderia ser solucionada a partir da descoberta de novas riquezas (no caso ouro). Desta maneira, o desenvolvimento da economia do ouro na região de Minas Gerais, propiciou além de uma nova fonte de recursos, também a transferência do eixo econômico brasileiro do nordeste para o centro-sul do país.

A região Sertão da Farinha Podre, atualmente chamada de Triângulo Mineiro, era um passadouro inevitável de mineradores que exploravam as terras goianas, mato-grossenses e mais ao centro e ao sul de Minas Gerais. Ademais, a vegetação rarefeita do cerrado, facilitava a penetração de bandeiras. Segundo BRANDÃO (1989, p. 25) a região

Como ponto de entroncamento de rotas diversas deu suporte a uma expressiva prosperidade material, assentando inclusive uma incipiente agricultura mercantil de alimentos e uma importante fonte de atividade criatória de gado para o abastecimento dos tropeiros e mineradores.

Além disso, uma questão que merece destaque quando considerada a história do Triângulo Mineiro, é que nem sempre a região fez parte do estado de Minas Gerais. Inicialmente pertencente a São Paulo, em 1744, o Sertão da Farinha Podre passou a ser constituinte da capitania de Goiás e somente a partir de 1836 a região foi anexada a Minas Gerais. Brandão (1989) destaca que mesmo com a emancipação de São Paulo, o Triângulo Mineiro ainda carrega grande articulação cultural e econômica com o estado paulista, trazendo assim certa ambiguidade do seu estigma de fazer parte oficialmente de Minas Gerais.

Assim, passada a fase de reconhecimento da área, durante o século XIX, várias famílias começaram a se instalar na região adquirindo terras com novas concessões de Sesmarias, aumentando o crescimento populacional, trazendo o surgimento de novos municípios. Já nesse período, a terra era considerada grande fonte de riqueza para as primeiras famílias que ali habitaram. Devido à imprecisão das demarcações e legalização dos lotes, era comum a venda ou troca do excedente de terras. Desta maneira, pode-se dizer que a ocupação do Triângulo Mineiro,

assim como ocorreu em grande parte do território brasileiro, foi marcada pela posse de grandes extensões de terra, que eram doadas a uma minoria privilegiada.

No final do século XIX, com a consolidação da expansão geográfica do capitalismo no Brasil, houve uma maior integração dos mercados regionais, tendo São Paulo como núcleo da acumulação de capital do país. Assim, o Triângulo Mineiro, historicamente marcado por ser um ponto de passagem, passa neste momento a fazer parte de uma rede de intersecção de mercadorias.

Desta forma, a mudança substancial no modelo de produção no Brasil, gerou significativos impactos no ordenamento territorial no Triângulo Mineiro, tendo a força de trabalho - aumentada por meio das migrações - e a ampliação do sistema de transportes à base da concretização desse modelo. Segundo Pêsoa,

Nessa “marcha de progresso”, as bases políticas do Triângulo Mineiro desempenharam um importante papel para inseri-lo no contexto econômico nacional. Assim, a construção da Ponte Afonso Pena, no rio Paranaíba (divisa de Minas Gerais e Goiás), em 1909, ligando o sul goiano diretamente ao Triângulo Mineiro e a construção da rede rodoviária, através da Companhia Mineira de Autoviação Intermunicipal, em 1912 marcaram uma nova etapa nos transportes da região. (PÊSSOA, 1997, p. 18)

Durante a primeira fase do governo de Vargas (1930-1945), o programa de “marcha para o oeste” abarcou indiretamente o Triângulo Mineiro, visto que para atingir os objetivos propostos, era necessário ampliar a rede de transportes e de infra estrutura do Triângulo Mineiro, propiciando assim, uma melhor e mais ampla integração inter-regional.

O alargamento das redes de transporte e comunicação prosseguiu durante as décadas seguintes e durante o governo de Juscelino Kubitschek, com a criação de Brasília na década de 1960, fez com que o Triângulo ganhasse importância em nível geoestratégico, fortalecesse um dos principais entroncamentos rodoviários do país e, sobretudo, fomentasse a indústria e o comércio regional.

Durante a década de 1970, profundas transformações ocorreram na economia e na sociedade do Triângulo Mineiro. Da crise do petróleo ao milagre econômico ao qual atravessou o Estado brasileiro, a região do cerrado passou a ser alvo de grandes projetos de incorporação produtiva agropecuária, chegando a ser inserido no I e II Plano Nacional de Desenvolvimento entre os anos de 1972 a

1979. Neste mesmo período também foi proposto o 1º Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico Social que tinha como objetivo alavancar o processo de modernização agrícola e o de difundir unidades industriais pelo estado, contemplando áreas de menor crescimento econômico.

Assim o período que vai de 1970 a meados da década de 1990, foi para a mesorregião Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba um momento de grande injeção de capital para as atividades agrícolas e, conseqüentemente, aumento dos níveis de produtividade, sendo os setores voltados para a exportação, um dos mais privilegiados.

Para tanto, através da tabela 1 é possível compreender de forma mais clara a evolução do uso da terra no Triângulo no período de 1970 a 1995:

Tabela 1: Uso da Terra Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba – área total em ha

ANO	Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba				
	Lavoura		Pastagem		Terras em descanso e produtivas não utilizadas
	Temporária	Permanente	Natural	Plantada	
<b>1970</b>	610.944	32.847	5.234.351	826.695	295.501
<b>1975</b>	794.161	50.084	5.226.177	1.179.742	255.265
<b>1980</b>	785.514	132.777	3.573.454	2.347.874	131.938
<b>1985</b>	963.967	137.026	2.754.625	2.000.222	73.508
<b>1995/96</b>	852.686	190.821	1.709.330	3.549.129	154.975

FONTE: IBGE. Censos Agropecuários – MG. 1970 –1975 –1980 –1985- 1995/1996.

Como pode ser observado, houve um aumento gradativo tanto das áreas de lavoura quanto das áreas de pastagem. Grande parte deste aumento pode ser explicado pela aplicação de projetos direcionados especificamente para as áreas de cerrado durante o período. Assim, dentre os produtos responsáveis pela expansão da área de lavoura destaca-se o café e a soja, com uma produção voltada principalmente para atender o mercado externo e a cana-de-açúcar já na década de 1990. É importante ressaltar que tais culturas fizeram parte de uma política do Estado brasileiro para modernizar e expandir o crescimento agrícola do cerrado.

Em relação às áreas em descanso e produtivas não utilizadas, de modo geral, os mesmos tiveram uma redução bastante acentuada, o que pode ser

explicado pelo aumento de investimentos de insumos e mecanização em terras até então não produtivas.

Ademais, é importante ressaltar que a pecuária extensiva, principalmente de corte, é responsável durante o período por grande parte da área utilizada no Triângulo Mineiro, tendo como pólo forte o município de Uberaba. Nesta atividade a mobilização de mão- de - obra utilizada é baixa, gerando assim poucos empregos quando comparada a outro tipo de produção do campo.

Entretanto, para conquistar altos níveis de produção, foram necessários vultosos recursos e mobilização de capital, principalmente devido ao fato do solo do cerrado ser considerado ácido para a produção de alguns tipos de cultura. Grande parte dos investimentos utilizados para a “modernização agrícola do cerrado” teve origem no Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) criado no ano de 1965. Segundo Pêsoa (1997, p. 31),

O crédito rural, atuando através de suas três linhas de ação: custeio, investimento e comercialização da produção, incentivou o processo de modernização da agricultura, conforme já abordado ao se analisar a atuação dos programas governamentais, no cerrado mineiro. Foi um processo seletivo e beneficiou apenas uma minoria no processo de desenvolvimento da agricultura.

Da década de 1990 até os dias atuais, o setor agropecuário se consolidou ainda mais na região, principalmente no que se refere à produção de cana-de-açúcar, sendo o Triângulo Mineiro o maior produtor de Minas Gerais<sup>2</sup> que atualmente ocupa a colocação de segundo maior produtor brasileiro, perdendo apenas para o estado de São Paulo. Porém, estudos mostram que a expansão canavieira na região, vem substituindo áreas de plantio de soja, milho, laranja e mandioca, além das áreas de criação de gado.

Quadro 1: Estimativa das áreas das lavouras substituídas pela expansão da cana de açúcar (hectares)

Pasto	Soja	Milho	Laranja	Café	Áreas Novas	Outras	Total
423.120	110.447	32.211	30.796	2.705	15.546	38.897	653.722

Fonte: CONAB/ Safra 2007/08 (2008) *apud* Cleps Jr. (2009, p. 251).

<sup>2</sup> Segundo dados do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool de Minas Gerais, a região do Triângulo Mineiro concentra atualmente 68% da produção de cana-de-açúcar, 79% da de açúcar e 61% do álcool produzido no Estado.

Além disso, é importante ressaltar os impactos gerados pela expansão da cana nas áreas de agricultura familiar e camponesa. Em seus estudos, Cleps Jr. (2009) aponta para a ameaça provocada pelo crescimento no número de arrendamentos e terceirizações realizadas por empresas ligadas ao setor sucroalcooleiro.

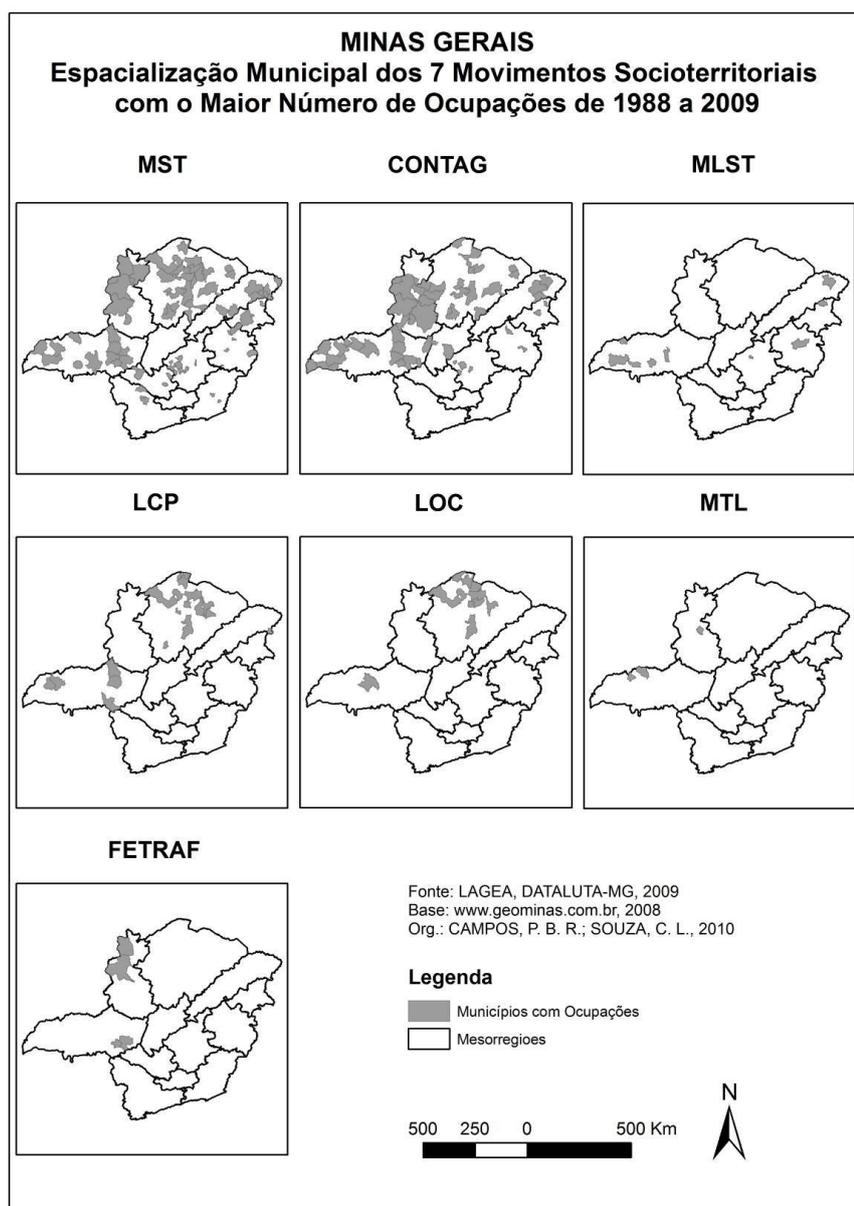
A terceirização dos plantios é um processo que pode contribuir para a intensificação da concentração das terras nas mãos dos grandes latifundiários. No Brasil, há muitos exemplos de fazendeiros anteriormente dedicados à agropecuária que se tornaram canavieiros ou venderam suas terras para grandes produtores de cana, contribuindo para a ampliação da concentração fundiária, e desencadeando um novo processo de expulsão de moradores associado, também, ao fim dos acordos de arrendamento. (CLEPS JR., 2009, p. 255).

No Triângulo Mineiro, há casos de assentamentos rurais arrendando parte de seus lotes para a produção de cana-de-açúcar. As preocupações geradas pela adoção deste tipo de medida variam desde a dependência econômica em relação à usina até a ameaça sobre a soberania alimentar da população assentada.

A complexidade do campo mineiro vem tomando proporções cada vez maiores à medida que o estado e em especial a mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, passa a ser considerado uma das principais regiões produtivas do país, seja na cultura de grãos ou de, mais recentemente, da cana-de-açúcar. Tal fator gera uma série de impactos que vão desde o desemprego estrutural no campo até o aumento da concentração fundiária.

Desta forma, levando em consideração todo o processo histórico de formação e ocupação do território mineiro, é possível afirmar que o Triângulo Mineiro pode ser considerado uma das principais regiões que vem sofrendo com o processo de modernização do campo, tornando-se assim de importância ímpar para estudos e reflexões.

Com a implantação de um modelo de agricultura altamente excludente e concentrador de riquezas, fez com que a partir da década de 1980 o número de conflitos no campo aumentasse representativamente, tornando a região alvo de grande disputa territorial, representada atualmente por diversos movimentos de luta pela terra (mapa 2).



Mapa 2 – Minas Gerais: Espacialização Municipal dos Principais Movimentos de Luta pela Terra com Maior Número de Ocupações de 1988 a 2009.

Outro fator importante que deve ser destacado são as mudanças da estrutura fundiária ocorridas no Estado como mostra o quadro 2.

Quadro 2 - Minas Gerais – Mudanças na Estrutura Fundiária, por Classes de Área - 1992, 1998 e 2003<sup>3</sup>

Classes de área	1992		1998		2003	
	Nº de Imóveis	Área (ha)	Nº de imóveis	Área (ha)	Nº de imóveis	Área (ha)
<b>Pequena</b>	388.101	13.392.884,60	477.729	15.973.718,80	578.156	18.634.285,80
<b>Média</b>	30.463	13.976.945,60	37.888	20.631.310,00	37.892	17.968.199,90
<b>Grande</b>	1.229	6.052.625,60	1.579	7.636.864,80	1.523	6.111.987,70

Fonte: INCRA, 2004.

Org.: DATATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2008. LAGEA, 2008, NERA, 2008.

Apesar do número de pequenas propriedades rurais serem significativamente maior do que a quantidade de propriedades grandes, ao dividirmos a quantidade de imóveis pela área total ocupada percebe-se grandes discrepâncias. De acordo com os dados da estrutura fundiária, obtido pelo Cadastro Rural do INCRA e sistematizados pelo DATALUTA, em 1992, a média do tamanho da propriedade rural classificada como pequena atingia 34,50 hectares. Já a propriedade classificada como média era de 458,80 hectares e a propriedade grande de 4.924,80 hectares.

Em 1998 as propriedades pequenas passam a ter uma área média de 33,40 hectares; as propriedades médias 544,50 hectares e as grandes 4.836,50 hectares. Nesse período, portanto, verifica-se o aumento significativo das propriedades médias, aumentando dessa forma sua área de abrangência e também de atuação.

Por fim, no ano de 2003, a média de área das propriedades pequenas foi de 32,20 hectares, a propriedade média de 474,20 hectares e a propriedade grande com uma área de aproximadamente 4013,10 hectares.

Dessa forma percebemos então a gradativa diminuição no tamanho médio das grandes propriedades rurais, porém, em contrapartida, as pequenas propriedades também diminuíram de tamanho, não alterando assim significativamente a estrutura fundiária que ainda se mantém concentrada.

Outro ponto que merece destaque no que se refere às propriedades rurais mineiras, é o aumento do número de arrendamentos rurais de pequenas e médias

<sup>3</sup> Segundo a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, pequena propriedade é compreendida entre 1 e 4 módulos fiscais, média de 4 a 15 módulos fiscais e grande maior que 15 módulos fiscais.

propriedades por grandes empresas de agroindústria, principalmente do setor sucroalcooleiro, como mostra estudo de Almeida e Buainain (2005).

Pode-se concluir que a concentração de terra no estado ainda é bastante preocupante, todavia devemos nos atentar para outras formas que o agronegócio tem encontrado de estabelecer seu território, através da exploração e expropriação de renda na integração em cadeia com pequenos e médios agricultores na sua caminhada cada vez maior pela hegemonia no campo mineiro.

### **3. As políticas públicas e os programas de modernização do cerrado**

O interesse e o esforço do Estado brasileiro em tornar a área de cerrado uma das principais regiões de produção agrícola do país data cerca de 40 anos. Estudos (a exemplo realizados por Pêssoa 1988, Salim 1986, Brandão 1989, Cleps Junior 2009) sobre as conseqüências ocorridas a partir do processo de modernização da agricultura apontam o cerrado como uma das regiões que mais sofreram impactos de ordem social e principalmente econômica através da implantação de programas e políticas públicas voltados essencialmente para a reprodução do capital monopolista no campo. Segundo Pessôa (1988),

A meta de tais programas é a expansão da fronteira agrícola para promover o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias. A busca desses objetivos tem aumentado a produção de grãos para a exportação, beneficiando as grandes empresas agropecuárias e agroindustriais, como parte de um modelo de desenvolvimento orientado pelo capital monopolista. (PESSÔA, 1988, p. 07).

É importante ressaltar que os programas e políticas públicas adotados principalmente a partir da década de 1970 apresentam um caráter altamente excludente, pois beneficiam apenas agricultores que dispõem de capital, ou seja, as decisões sempre ocorrem no sentido de beneficiar um grupo em detrimento de outro visto que grande parte dos pequenos agricultores brasileiros pode ser considerada “descapitalizada”. Assim, temos que as políticas públicas agrícolas ao longo da história se caracterizam por estarem inseridas na lógica de produção capitalista onde há a sobreposição do poder de grupos em relação a outros, grupos

estes formados por grandes proprietários além das indústrias de insumos e tratores multinacionais que vinham se fixando no território nacional neste mesmo período.

Em sua dissertação intitulada “Triângulo: Capital Comercial, Geopolítica e Agroindústria”, Brandão (1989) aponta as peculiaridades históricas, culturais, econômicas, políticas e sociais do Triângulo Mineiro, indagando-se como esta mesorregião se adaptou aos impulsos da integração e da dinâmica capitalista. Através de análise profunda, o autor afirma que

O Triângulo foi, sem dúvida, uma das regiões brasileiras onde a extensão e a intensidade das transformações do campo se deram em maior sintonia com as orientações do “novo padrão agrícola”. Participando de uma posição privilegiada de reorientação geográfica da produção, pôde assimilar rápida e plenamente as “formas industriais de produzir na agricultura”, expandindo a dimensão de sua capacidade produtiva e mudando substancialmente a equação de sua pauta produtiva. (BRANDÃO, 1989, p. 149).

Além dos fatores mencionados por Brandão (1989), questões de ordem física, como tipo de solos, relevo e geomorfologia também foram decisivos para a ocupação agrícola do cerrado. A topografia plana adequada para a mecanização aliada com a acidez do solo estimulou tanto a indústria de fertilizante quanto a de maquinários.

Para Salim (1986), a expansão da fronteira agrícola em direção as áreas de cerrado se deu a partir do esgotamento das terras no centro-sul. Dentre as características que enfatizaram este processo expansionista, destaca-se a incorporação da variante modernizadora precedida por uma série de medidas governamentais, dentre elas a política de crédito que apontava para uma atuação no sentido de reduzir os custos dos fatores de produção. Todavia tais medidas geraram problemas tanto de ordem econômica quanto social, como o aumento do desemprego estrutural no campo, endividamento, concentração de financiamentos e do preço da terra e especulação fundiária.

A estratégia do Estado, ainda liderado pelas elites dominantes do setor agrário, em aumentar a produção agropecuária mediante renovações de cunho tecnológico, sem alterar a estrutura agrária e fundiária, atenuou o processo de capitalização do campo. Portanto, pode-se dizer que a essência da problemática da esfera rural-agrícola, principalmente no que se refere ao caso brasileiro, está

marcada por uma conflitualidade interna ao setor, pautado em uma raiz latifundiária de base exportadora com uma agricultura de subsistência minifundiária que fica a margem de todo processo de modernização.

Entre as décadas de 1970 e 1980 foram criados uma série de programas dirigidos diretamente para a área de cerrado. Entre eles destacam-se o Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados (PCI) criado em 1972 pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), que priorizava a ampliação da produção exportável de grãos tendo a tecnologia e a incorporação de vastas quantidades de terras, fatores decisivos durante todo processo; o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP) implementado em 1973 e desenvolvido paralelamente ao PCI, sendo assim um dos primeiros programas responsáveis pela exploração intensiva do cerrado, tinha como objetivo a ocupação do cerrado por meio da criação de núcleos de colonização; o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) criado em 1975 com o objetivo de ocupação e ordenamento dos cerrados, tinha como carro-chefe o orçamento destinado ao crédito rural responsável por cerca de 70% de todas as aplicações; o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) resultado de um acordo de cooperação entre o governo brasileiro e japonês em 1976, e tinha como objetivo a criação de grandes unidades agrícolas com sólido suporte empresarial, ao lado de fazendas de médio e pequeno porte fundamentadas no sistema de operação cooperativista e tendo o emprego de tecnologias avançadas como condição necessária e o Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação (PROFIR) implementado em 1982, que visava incrementar a produção de grãos por meio de financiamentos de equipamentos de irrigação.

Todos os programas mencionados impulsionaram a transformação das terras do cerrado em mercadoria, principalmente por meio das políticas de crédito que atuavam no sentido de reduzir os custos dos fatores de produção, aumentando concomitantemente o desemprego estrutural no campo, a concentração de financiamentos e especulação. Ademais, fica clara a participação do Estado como financiador dos projetos que possuem como “público alvo” um número reduzido de produtores sendo ele composto por médios e grandes proprietários em sua maioria, afirmando, mais uma vez, o caráter excludente da “moderna” agricultura brasileira (quadro 3).

Quadro 3: Programas, público alvo, recursos e procedência do financiamento

Programa	Área (em ha)	Público alvo	Recursos (US\$)	Procedência
PADAP	60 mil	Colonos associados na CAC	200 milhões	Governo Estadual
POLOCENTRO	3,7 milhões	Médios e grandes proprietários	868 milhões	Governo Federal
PRODECER	350 mil	Médios proprietários	570 milhões	Governo Federal

Fonte: PIRES, 2000

Levando-se em consideração todo o contexto histórico, os programas implementados durante a década de 1970 buscavam uma articulação do setor agrícola e industrial. Todavia, durante esse processo de articulação, ocorrem também mudanças sociais, econômicas e territoriais e é exatamente nesse contexto que alguns atores impõem seus interesses sobre outros, moldando todo o conjunto sócio-espacial.

A partir de 1990 mudanças de ordem político-ideológicas, re-configuram a forma de ação do Estado frente ao desenho das políticas públicas com caráter intervencionista. Neste momento percebe-se uma continuidade do mesmo em relação a uma atuação a serviço de grupos dominantes. É nítido o viés pró-mercado cristalizados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e créditos concedidos a partir de exigências fiduciárias.

Utilizando da análise do institucionalismo histórico, pode-se afirmar que no caso brasileiro e mais especificamente o cerrado mineiro, a partir da adoção de políticas que tem como característica a incorporação da variante modernizadora, surgem concomitantemente novas formas de governança e novas instituições, fazendo com que as relações de poder se intensifiquem.

Atualmente, pode-se dizer que houve uma nítida manutenção das políticas públicas voltadas para o setor agrícola estabelecidas na década de 1990, isto é, pró-mercado e benéfica dos detentores de grande capital. Cita-se como diferencial, no atual estágio do setor público para a agropecuária brasileira, medidas que legitimam ainda mais a hegemonia e o poder de atuação da sociedade do agronegócio, a exemplo, a elaboração do novo código florestal.

Assim, temos que,

(...) a análise dos processos sociais rurais em curso, que informam o paradigma do “agronegócio”, não pode estar desvinculada das práticas de mecanismos e instrumentos de políticas – setoriais ou não – implementados pelo Estado brasileiro. Ainda que tal forma de intervenção tenha se alterado ao longo do tempo (...), um exame mais cuidadoso da atuação governamental é importante para identificar as bases que subsidiam a expansão das atividades, bem como aliviam os constrangimentos encontrados nessa trajetória que qualifica o que estamos denominando aqui por “sociedade do agronegócio” e suas implicações nas configurações sociais regionais, que efetivamente “dão carne” ao processo real de transformação operada nas chamadas novas fronteiras agrícolas, para o qual concorrem as políticas públicas ali implementadas. (HEREDIA, PALMEIRA e LEITE, 2010, p. 166)

Portanto, cabe concluir que a participação do Estado na formulação de políticas e programas que vão ao encontro aos interesses de uma minoria agrícola dominante, ou seja, pautadas na produção em larga escala que visa atender essencialmente ao mercado externo. Concomitantemente a esses arranjos, têm-se como reflexo o aumento das desigualdades sociais e econômicas tanto no campo quanto na cidade.

#### **4. O território como alvo de transformações do agronegócio**

A clara adoção de políticas neoliberais no Brasil a partir de 1990, cuja principal característica se atém a uma intervenção cada vez menor do Estado nas relações econômicas, sociais e de produção, acentuou no campo, maior liberdade de articulação e dominação de uma elite agrária, atingindo de maneira direta o pequeno agricultor e a agricultura familiar que se vêem cada vez mais comprimidos pelo agronegócio e suas formas de articulação, relação e produção.

Partindo de uma análise de agronegócio que vai além da definição dada por Davis e Goldberg (1957) no qual o mesmo seria a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas; as operações de produção nas unidades agrícolas; e o armazenamento, o processamento e a distribuição dos produtos agrícolas, e itens produzidos com eles. Optou-se metodologicamente pelo entendimento de agronegócio como ampliação do conceito de latifúndio que, para além da terra, também concentra tecnologia e políticas de crédito e desenvolvimento, expandindo e ampliando o seu controle sobre o território e as relações sociais presentes nele.

Para tanto é importante refletirmos sobre onde e como surge o agronegócio. Segundo Almeida (2008) o agronegócio não é algo novo, seu ideário é fruto da

Revolução Verde ou Modernização da Agricultura como alguns denominam. Neste sentido, a perspectiva da originalidade do *agribusiness* é que ele se configura como uma categoria que se apresenta como homogeneizadora.

Na atual fase capitalista, as alterações nas formas e nas relações de produção tendem a se intensificar, tornando-se cada vez mais aceleradas. Neste contexto, o território surge como grande alvo de disputa, o que leva a um debate sobre suas conseqüentes redefinições conceitual. Segundo Paulino (2008),

Considerando que não é o princípio da acumulação simples, mas o da acumulação ampliada a força motriz deste modo de produção, o que supõe uma avidez progressiva sobre quaisquer bens passíveis de converterem-se em mercadorias, atentar para a ordenação do território ganha relevância ímpar, porque é este que comporta as ações de produção, circulação e consumo, o tripé da valorização capitalista culmina na apropriação desigual da riqueza socialmente produzida (PAULINO, 2008, p .214).

Principalmente a partir do modelo neoliberal, o conceito de território vem ganhando novas formas e funções sendo utilizado como controle social frente aos interesses do capital financeiro das multi e transnacionais. Porém, o território é formado por vários agentes modificadores, que através de tais políticas são sufocados e privados de seus direitos de organização e reprodução do espaço.

É necessário que se pense o território em toda a sua complexidade, buscando compreender os diversos interesses que acabam por gerar disputas e divergências de caráter tanto conceitual quanto político e social que permeiam as atividades do agronegócio.

Com a monocultura, o agronegócio expande suas fronteiras e atinge cada vez mais regiões, ecossistemas e pequenos agricultores que vêem suas propriedades cercadas por extensas plantações de soja e cana-de-açúcar, não tendo alternativa se não arrendar suas terras, sendo assim, muitas vezes, privados de seus direitos de escolha, autogerenciamento de produção ou até se vêem coagidos a venderem seus lotes para grandes empresas. Esta inserção se dá pautada nas novas relações econômicas que a agricultura camponesa assume. Tal postura tende a se diferenciar nos países centrais em relação aos periféricos no que tange principalmente ao modo e a organização de produção que estão diretamente interligados com o capital financeiro local.

## **Considerações Finais**

A partir da pesquisa é possível afirmar que a partir da consolidação dos complexos agroindústrias e, posteriormente, do agronegócio no Triângulo Mineiro, ocorreram mudanças significativas de ordenamento territorial e dos aspectos econômicos nas relações sociais de produção entre 1970 e 2010.

Dentre as mudanças observadas pode-se destacar: a manutenção de uma elite agrária na região; aumento da concentração fundiária; aumento do fluxo migratório sujeito a uma nova dinâmica de expropriação do trabalho; a instalação de um grande conjunto de empresas multinacionais do setor do agronegócio e a formação de municípios de grande destaque no campo da logística e de infra-estrutura de transporte para escoamento de produção.

As políticas públicas adotadas entre 1970 e 2010 juntamente e/ou a partir do interesse de uma elite agrária, que historicamente conservou para além da posse da terra também uma relevante influência e poder na configuração social e territorial, fez com que a mesorregião do Triângulo Mineiro se tornasse complexa e carregada de contradições no seu interior.

Sendo assim, por meio da expansão do agronegócio no campo brasileiro, temos o surgimento de várias territorialidades dentro de um mesmo território em disputa, sendo a agricultura familiar centrada na família, no trabalho e na terra uma das perspectivas de atuação frente à tomada de poder do agronegócio cujos princípios baseiam-se na lógica do lucro e na produção de renda. Neste caso, entende-se territorialidade como sendo “um fenômeno social, que envolve indivíduos que fazem parte de grupos interagidos entre si, mediados pelo território; mediações que mudam no tempo e no espaço” (SAQUET, 2010, p. 115).

Por fim, o que se verifica no Triângulo Mineiro, assim como em grande parte do Brasil, é que as transformações ocorridas ao longo da história no meio rural, não foram realizadas de maneira harmônica e ordenadas, mas sim, desempenhadas contraditoriamente e trazendo vários atenuantes ora mencionados no presente trabalho.

## Referências

- ALMEIDA, P. J. ; BUAINAIN, A. M. . O Contrato de Arrendamento de Terras no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: Condicionantes e Eficiência. In: **XLIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural - SOBER.**, 2005, Ribeirão Preto. XLIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural - SOBER., 2005.
- ALMEIDA, R. A. Função social da propriedade e desenvolvimento sustentável: camponeses versus agronegócio. In: PAULINO, E.T.; FABRINI, J.E. (Org.). **Campeinato e territórios em disputa.** 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- ANDRADE, M. C. Espaço agrário brasileiro: velhas formas, novas funções, novas formas velhas funções. São Paulo, **Revista Geosp - Espaço e Tempo**, n.12, nov. 2002.
- BONNAL, P. (Org.); LEITE, S.P. (Org.). **Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação.** 1. Ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2011.
- BRANDÃO, C.A. **Triângulo Capital Comercial, Geopolítica e Agroindústria.** 1989. Dissertação – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1989.
- CLEPS JR., J. Concentração de poder no Agronegócio e (des) territorialização: os impactos da expansão recente do capital sucroalcooleiro no Triângulo Mineiro. Uberlândia, **Caminhos da Geografia**, n. 31, v. 10, set. 2009.
- DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, LAGEA/NERA, 2008.
- DAVIS, J. H. & GOLDBERG, R.A **A concept of Agribusiness.** Harvard University, 1957.
- DELGADO, N. (Org.); LEITE, S.P. (Org.). **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil.** 1. Ed. Brasília: IICA, 2011.
- FERNANDES, B. M. Territórios da questão agrária: campeonato, reforma agrária e agronegócio. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA.** v. 34 – n.2, 2007.
- FERNANDES, B. M. et al. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra:** uma experiência de pesquisa e extensão no estudo da territorialização da luta pela terra. Terra Livre, São Paulo. 2004.
- GOMES, R.M. **Ofensiva do Capital e Transformações no Mundo Rural:** a resistência camponesa e a luta pela terra no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, 2004.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004.

HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.e LEITE, S.P. Sociedade e Economia do Agronegócio no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vl. 25, n. 74, outubro de 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário, 2006**. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuario.pdf>> Acesso em: 26 out. 2011.

LEITE, S.P. (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

MENDONÇA, S. R. A nova hegemonia do patronato agrário brasileiro: da organização das cooperativas brasileiras à Associação Brasileira de Agribusiness. **Antítese** – marxismo e cultura socialista, Goiânia-Go, n. 2., maio de 2006.

OLIVEIRA, A. U. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Revista Terra Livre**. São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros, n.22, 2003.

PAULINO, E. T.; FABRINI, J.E. Territórios em disputa e agricultura. In: PAULINO, E.T.; FABRINI, J.E.. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, v. 01.

PESSÔA, V.L.S. **Ação do Estado e as Transformações Agrárias no Cerrado das Zonas de Paracatu e Alto Paranaíba – MG**. 1988. Tese - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1988.

PESSÔA, V. L. S.; SILVA, P. J. da. **O café e a soja na (re) organização do espaço do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba**. Relatório de pesquisa, 1997.

SALIM, C.A. As políticas econômicas e tecnológicas para o desenvolvimento agrário das áreas de cerrados no Brasil: Avaliação e perspectivas. **Cad. Dif. Tecnol**. Brasília: [s.n.], v.3, n.2, p. 297-342, maio/ago. 1986.

SAQUET, M.A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.